

RECENSÕES

**READING PARFIT, EDITED BY JONATHAN DANCY.
OXFORD. BLACKWELL. 1997. £45**

O livro de Derek Parfit, *Reasons and Persons*, de 1984, é considerado desde a sua publicação um marco incontornável na filosofia moral. Neste volume Jonathan Dancy reúne treze artigos de comentário a Parfit, distribuídos pelas vários problemas teóricos que a obra definitivamente colocou na agenda dos filósofos morais.

O livro foi pensado de modo a poder facilitar o estudo e o ensino do pensamento de Parfit, e os ensaios seguem a ordem de surgimento dos temas em *Reasons and Persons*, o qual se divide basicamente numa discussão de: 1. teorias da racionalidade, 2. teorias da identidade pessoal, 3. conclusões sobre como deveria ser a ética, levando em conta as teorias da racionalidade e da identidade pessoal antes discutidas. O ponto central de Parfit é que a ética deveria ser mais impessoal.

O plano inicial de Dancy para o livro previa a inclusão das respostas de Parfit aos ensaios, mas este plano veio a revelar-se irrealizável. O trabalho de Parfit em resposta aos seus comentadores tornou-se demasiado extenso para o projecto e virá a ser publicado sob a forma de três livros (*Practical Realism, The Metaphysics of the Self e on What Matters*) (Dancy, preface, viii).

O primeiro ensaio do livro, do próprio Jonathan Dancy, *Parfit and Indirectly Self Refuting Theories*, comenta o facto de Parfit considerar uma teoria da racionalidade e uma teoria do valor moral correntes, ou mesmo dominantes, indirectamente auto-derrotantes (*self-defeating*). Estas duas teorias são a teoria do interesse próprio, a teoria da racionalidade segundo a qual há um fim último supremamente racional (nomeadamente que, para cada pessoa, a sua vida decorra tão bem quanto possível), e o consequencialismo,

a teoria do valor moral segundo a qual há um fim moral último (nomeadamente que os resultados (*outcomes*) de uma acção sejam tao bons quanto possível). Diz-se que uma teoria é indirectamente auto-derrotante quando é verdade que se se tentar, nos seus termos, alcançar as finalidades propostas, estas serão pior prosseguidas. Este é o caso da teoria do interesse próprio (o que significa que para Parfit há casos em que seria mais racional sermos irracionais) e do consequencialismo (o que significa que para Parfit seria globalmente pior que fossemos todos “fazedores de bem” (*do-gooders*) do que se formos outros motivos). Parfit argumenta que embora seja este o caso com as teorias em causa, elas não por isso refutadas. Dancy defende que se trata realmente de uma auto-refutação.

O ensaio de David Gauthier, *Rationality and Rational Aim*, põe em causa a descrição da racionalidade feita por Parfit. Se Parfit tivesse razão “a racionalidade seria frequentemente uma maldição, da qual eu tentaria, racionalmente, libertar-me, adoptando disposições irracionais que me motivariam a cometer acções irracionais de modo a que pudesse melhor atingir os meus fins racionais. Mas talvez a maldição seja a teoria de Parfit,” (p.40).

O ensaio de Frank Jackson, *Which Effects?*, parte da discussão do capítulo 3 da primeira parte de *Reasons and Persons*, intitulado “Five Mistakes in Moral Mathematics”. Jackson argumenta contra os consequencialistas, que julgam o valor moral das acções pelos efeitos destas.

O ensaio de Michael Stocker, *Parfit and the Time of Value*, discute a racionalidade das preferências baseadas no tempo. Grande parte das nossas categorias e raciocínios morais são temporalizadas, na medida em que por exemplo diferentes prazeres e virtudes são julgados adequados a diferentes períodos da vida (como a infância ou a velhice), na medida em que preferimos que uma grande dor que deva ser experimentada por nós seja passada do que seja futura, ou na medida em que nos preocupamos menos com o nosso futuro muito distante do que com o nosso futuro imediato. Parfit sente-se atraído pela neutralidade temporal, e acha que estaríamos melhor se agissemos como se fossemos intemporais (*timeless*), Stocker discute essa posição.

Philip Petit e Michael Smith discutem em *Parfit's P* a teoria da racionalidade que Parfit se inclina a defender, a teoria “P”, que é apresentada como uma teoria acerca daquilo que um agente tem mais razões para fazer, como uma teoria da racionalidade objectiva

portanto, por contraste com a teoria da decisão, que representa a ortodoxia na teorização (filosófica, económica, etc) da racionalidade, e que apresenta esta em termos de racionalidade subjectiva.

O ensaio de David Brink, *Rational Egoism and the Separateness of Persons* visa a interacção da teoria da racionalidade com as nossas ideias sobre a natureza de pessoas, nomeadamente o compromisso das teorias do egoísmo racional com a visão de pessoas como entidades determinadas e separadas - determinação e separação estas que Parfit contesta. Como se sabe, já Henry Sidgwick evocava o carácter “metafisicamente separado” das pessoas (*the separateness of persons*) para justificar a incontornabilidade do egoísmo nas questões morais. Entidades assim separadas não poderiam ser naturalmente de uma benevolência racional, nem suficientemente “distributivas” nas suas acções. O problema é saber o que acontece a esta ligação entre egoísmo e separação das pessoas quando uma visão humeana, lockeana, reducionista, da identidade pessoal como é a de Parfit mina os fundamentos da “separação das pessoas”. Sidney Shoemaker escreve sobre *Parfit on Identity*, i.e., sobre a visão reducionista da identidade pessoal defendida por Parfit: segundo Parfit a Identidade Pessoal poderia ser descrita impessoalmente, como conectividade psicológica e não como “um facto a mais”. cco que importa” (what matters) não seria então a identidade pessoal mas esta conectividade.

Mark Johnston escreve sobre *Human Concerns Without Superlative Selves*, i.e., sobre o facto de uma existência continuada ou sobrevivência, que é normalmente considerada importante e racionalmente desejada, não importar assim tanto dada a visão reducionista da identidade pessoal.

Simon Blackburn interroga-se: *Has Kant refuted Parfit?*. Fá-lo porque Parfit apresenta uma renovada teoria humeana do feixe de percepções e Kant é suposto ter superado algumas posições humeanas.

Judith Jarvis Thomson, em *People and their Bodies* analisa a tese segundo a qual as pessoas não são identificáveis com os seus corpos e os argumentos de Parfit quanto a este tema. De acordo com os critérios lockeanos, segundo os quais para existir uma pessoa se requer um ser inteligente e pensante, consciente num instante t, nada pode ser ao mesmo tempo “morto” e uma “pessoa”. É preciso saber então o que determina a existencia de uma pessoa. John McDowell, em *Reductionism and the First Person* retoma também os motivos lockeanos de Parfit e a maneira como estes o fazem diminuir o peso

da identidade pessoal na teoria moral. Em ambos, trata-se de saber exactamente o que queremos quando queremos sobreviver (continuar a viver), ou o que nos faria ficar satisfeitos (i.e., o que nos faria considerar que tínhamos sobrevivido como a mesma pessoa).

Em "*Should Ethics be more Impersonal?*" Robert Merrihew Adams dirige-se directamente a uma das conclusões do livro de Parfit, segundo a qual as nossas razões para agir-mos deveriam tornar-se mais impessoais e isso seria melhor para todos. Larry Temkin, em *Rethinking the Good, Moral Ideals and Nature of Practical Reasoning*, retoma os temas da quarta parte de *Reasons and Persons*, a parte intitulada "Future Generations". Temkin avalia os argumentos de Parfit quanto a resposta a questão "quantas pessoas mais será racional que existam?" e analisa a "conclusão repugnante", cuja consideração é central para Parfit, a qual se enuncia afirmando que para qualquer população possível de pelo menos 10 biliões de pessoas com alta qualidade de vida haverá uma população possível muito maior, cuja existência seria melhor, embora os membros dessa população tenham vidas que mal merecem ser vividas.

Esta colecção de ensaios pode auxiliar a organização da leitura do texto de Parfit, que é frequentemente hiper-minucioso e labiríntico na sua argumentação, através da consideração directa dos tópicos por ele definidos para a discussão moral em filosofia.

Sofia Miguens

**DANIEL DENNETT, KINDS OF MINDS - TOWARD AN
UNDERSTANDING OF CONSCIOUSNESS, NEW YORK,
BASIC BOOKS, 1996, 184 P., \$20.00**

Daniel Dennett tem neste momento um percurso de mais de trinta anos em busca de uma teoria filosófica da consciência. Desde "*Content and Consciousness*" (1969), primeiro livro e tese escrita em Oxford sob a direção de Gilbert Ryle, até as suas mais recentes obra de maior vulto, "*Darwin's Dangerous Idea - evolution and the meanings of life*" (1995) e "*Brainchildren*" (1998), Dennett tem procurado conceber os constrangimentos de uma teoria da mente satisfatória e naturalista, isto desde um tempo em que os filósofos analíticos se compraziam com as distâncias mantidas em relação as investigações empíricas sobre a mente, exceptuando, é claro, as investigações linguísticas e informais.

A mente, usando por um momento a má metáfora do Teatro Cartesiano que nos persegue sempre que dela falamos e que Dennett quer impossibilitar, será onde os pensamentos e impressões são *testemunhados*, onde toda a *apreciação* acontece, a fonte da qual as *acções intencionadas* provêm e onde tudo isso pode *estar conjuntamente*. O problema é que a linguagem que vulgarmente usamos para descrever as experiências mentais, i.e., toda a nossa vida significativa, tem uma relação difícil com o modo de discurso no qual a ciência é formulada. Quine pode dizer numa famosa passagem de *Word and Object* (1960) intitulada The Double Standard que os idiomas intencionais, as atitudes proposicionais que atribuímos, podem e devem ser generosamente distribuídos mas contrastam fortemente com o espírito da ciência objectiva.

A teoria dos Sistemas Intencionais e a Estratégia Intencional (*Intentional Stance*) são o centro do pensamento de Dennett nesta matéria e são uma hipótese acerca da nossa possibilidade de conceber a intencionalidade e a teleologia na natureza e de um ponto de vista naturalista. Trata-se também uma hipótese acerca da relação desse "lugar natural da teleologia" com as mentes - porque só nesse lugar pode aparecer a questão da significação, do conteúdo de estados mentais.

A proximidade óbvia de Dennett em relação as ciências (sobretudo a biologia e a Inteligência Artificial) é uma das fontes do

interesse do seu trabalho. Uma proveitosa parceria nascida dessa proximidade é a de Dennett com Douglas Hofstadter (o autor de "*Godel, Escher, Bach*", 1979) com quem escreveu "*The Mind's I - fantasies and reflections on seyand soul*" (1981) - um panorama das questões teóricas e textos marcantes da busca da consciência desde, por exemplo, Alan Turing a Richard Dawkins, John Searle e Jorge Luis Borges.

Em "*Kinds of Minds*" trata-se de saber o que é uma mente e quem mais além de mim que pergunto tem uma, de saber o que distingue e o que aproxima esta mente que eu sou da mente de animais aparentemente capazes de comportamento complexo, de saber se posso ter a ilusão de que há alguém lá dentro (ou, mais continentalmente, se posso intuir interioridade por *Einfublung*) e enganar-me.

Não é um insulto para um filósofo dizer-se-lhe que ele é sobretudo bom a fazer perguntas, mais do que a dar respostas: é aí que está a acção, diz Dennett (prefácio, vii), nessas margens mutáveis das ciências onde se ve que há muitas maneiras, muito boas e muito más, de fazer perguntas acerca de tipos de mentes. Em "*Kinds of Minds*" Dennett apresenta as perguntas que está a fazer agora e aliás apresenta também um mapa dos lugares onde elas se fazem: o livro acaba com uma bibliografia guiada e comentada (*Further Reading*) que vai desde a etologia cognitiva, biologia e neurologia - passando por A. Damásio - a psicologia e filosofia.

Central em "*Kinds of Minds*" é a constação de que só nós, "*mind-havers*" somos "*minders*" (cuidadosos das nossas existências, diríamos). Devemos perguntar como é que isso pode ter vindo a ser, se antes só havia causas e não razões e o bom e o mau surgiram depois. Essa pergunta liga as nossas mentes a evolução biológica e de uma maneira muito precisa: ela faz aparecer o facto de as nossas mentes serem tessituras complexas, não cortadas de um só bloco, não unas, mas feitas de fibras diversas e incorporando *designs* muito diferentes.

"*Conciousness Explained*" (1992) com o seu Modelo dos Esboços Múltiplos e a questão da distribuição espacial e temporal do (suposto) ponto de vista do (suposto) observador, é o livro em que Dennett foca mais directamente esse problema e também o da consequente inexistência de um fluxo canónico de consciência. Fá-lo, essencialmente porque, nas suas palavras, mesmo os materialistas continuam, na sua maioria, cartesianos.

Trata-se portanto de *bricolage* biológico e das consequências deste numa teoria da consciência, ou, como Nietzsche diria, de como a origem de uma coisa pode não ter nada a ver com o seu uso actual. Na citação de Nietzsche (da *Vontade de Poder*) que Dennett usa como motivo em "*Kinds of Minds*" le-se: "Reparo em alguma coisa e procuro uma razão para ela: isso significa originalmente: procuro uma INTENÇÃO nela e acima de tudo alguém que tenha intenções, um sujeito, um fazedor: todo o evento é um feito - dantes víamos intenções em todos os eventos, é o nosso mais velho hábito. Será que os animais também o possuem?". Eis uma boa pergunta acerca de mentes e ela fará Dennett procurar o surgimento da agentividade (*agency*) de um ponto de vista naturalista, começando na biologia molecular, onde se encontra tanta actividade com propósito (por exemplo na replicação do ADN ou no sistema imunitário de um organismo) e no entanto não há "ninguém". Há razões para esses eventos, mas os eventos não sabem o que fazem.

O percurso de "*Kinds of Minds*" avança ao longo da seguinte organização:

1. Que tipos de mentes há? (E como é que nós sabemos?) (p. 1)
2. Intencionalidade: a abordagem dos Sistemas Intencionais (incluindo: o nascimento da agentividade) (p. 19)
3. O corpo e as suas mentes (incluindo: Da sensibilidade a sensiência) (p.57)
4. Como a intencionalidade veio para o centro do palco (incluindo Do fototropismo a metafísica) (p.81)
5. A criação do pensamento (incluindo: Psicólogos naturais não pensantes e Fazer coisas para pensar com elas) (p. 119)
6. As nossas mentes e outras mentes (incluindo Dor e sofrimento: o que é que importa (*matters*)?/onde os atribuímos /onde estão / como é que sabemos) (p. 153)

E assim o texto percorre a distancia entre a inexistência de mentes, mentes simples e mentes complexas até reconhecermos a possibilidade de qualquer coisa como uma mente humana.

Sofia Miguens

